

# O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O PAPEL DA TEORIA MARXISTA \*

GIANFRANCO LA GRASSA \*\*

Tradução: *Carlos Roberto Aguiar*  
Revisão técnica; *Enid Y. Frederico*

É necessário partimos do malogro do assim denominado socialismo real.' Com certeza, isto não ocorreu somente em 1989, e o marxismo crítico já o havia analisado em suas linhas gerais desde há alguns decênios (e em particular de 1968 em diante). Não obstante, podemos considerar 89 como a "proclamação" oficial de tal malogro, já que na história sempre se necessita de datas cruciais que assinalem determinadas reviravoltas do desenvolvimento social e político.

Continuar a iludir-se que ainda seja possível uma renovação da construção do socialismo no Leste, *nas atuais condições*, é um contra-senso. Pode acontecer que se desenvolvam processos verdadeiros de democratização (bastante incertos), mas isto tem pouco a ver com o socialismo (e muito menos com o comunismo). É necessário aceitar a idéia de que o capitalismo possa reabsorver o autodenominado mundo socialista, a não ser que haja o revigoramento de processos revolucionários que, no momento, não estão nem ao menos no horizonte; e todavia me parece que não se deva falar de uma vitória do capitalismo, mas sim do malogro da primeira tentativa histórica de revolução anticapitalista ligada à perspectiva de transição ao socialismo.

O capitalismo parece estar hoje no início de uma de suas "recessões" mais agudas e incertas. Está encurralado, a Leste e a Oeste, por problemas tão graves que logo farão ser esquecidas "as maravilhosas esperanças" de 89. Fala-se hoje da crise do Golfo como o primeiro passo de um futuro embate Norte-Sul. Na aparente unidade de grande parte do mundo (de todo o Norte e de boa parte do Sul) contra o Iraque, tende-se a esquecer que tal crise demonstra a existência efetiva de apenas uma grande potência e outros países (Alemanha e Japão à frente), que se consolidam no cenário interna-

\* Publicado originalmente na revista italiana *Crítica Marxista*, nº1, 1991.

\*\* Professor da Universidade de Veneza.

1. Na realidade dever-se-ia falar do malogro da tentativa de construção do socialismo; e, deste ponto de vista, o socialismo real já representava este malogro, pois era o resultado da estagnação e do beco sem saída em que o processo de transição ao socialismo havia se metido.

cional como grandes potências econômico-financeiras. Doravante, tais países sempre levarão em conta que não poderão tomar-se grandes potências de fato se, nos próximos anos, não buscarem preencher também o *gap* militar. Como consequência, é previsível que da atual agudização das contradições Norte-Sul se passará, dentro de um período de duração média, à acentuação do contraste Norte-Norte, ou seja, interno à área capitalista avançada.

A situação, assim sumariamente delineada, exige hoje grandes esforços analíticos para entender melhor a realidade capitalista contemporânea. Não se põe em dúvida a máxima utilidade de uma investigação séria a respeito do malogro socialista. Dado, entretanto, que em países muito diferentes entre si (por estrutura sócio-produtiva, instituições políticas, culturais etc.) o *impasse* da tentativa revolucionária teve características surpreendentemente similares, é inacreditável que não se compreenda como nas sociedades ditas socialistas não se tenha conseguido revolucionar verdadeiramente o modo de produção capitalista. Por isso, é evidente a necessidade de se voltar a analisar este último em suas características de fundo, posto que o marxismo - especialmente depois de Marx - evidentemente não captou de modo adequado. Não se trata, com certeza, de erigir a causa única de um malogro, mas, com certeza, de iluminar uma de suas condições muito relevantes.

O sistema capitalista está, portanto, entrando em uma fase de "recessão". O quão grave é difícil dizer-se, e penso que fazer previsões seja querer comportar-se como profeta. Quase seguramente, não se tratará de rosas e flores, sobretudo para nosso país. Nessa situação é fácil que os (poucos) marxistas que restaram sejam tentados a reafirmar, sem nenhuma variação sobre o tema, as imperecíveis certezas de sempre, dando por deduzida a "demonstração" da perfeita validade do marxismo em sua forma mais tradicional. Seria uma postura equivocada, que retardaria a já necessária admissão dos graves erros de previsão, erros que constituem uma das causas não menos importantes do malogro da transição socialista e da redução da práxis do comunismo nos países capitalistas centrais (e não apenas nestes) a uma tênue luz.

A crise, em seus aspectos mais especificamente econômicos, pode talvez ainda ser explicada com a utilização das categorias mais "clássicas" do marxismo; mas isso não explicaria totalmente a persistência (e resistência) do capitalismo, a ineficácia - até hoje - das tentativas de superá-lo, a desconfortante incapacidade da classe operária e das populações do Terceiro Mundo de romper profundamente as estruturas sociais (e políticas). Seria preciso não esquecer jamais que o *modo* de produção do capital não tem somente conotações econômicas e técnicas, mas é um modo *social* de produção, é uma estrutura peculiar de relações *sociais* (de produção). É precisamente do ponto de vista de tal estruturação específica

que se necessita inovar profundamente com respeito à tradição.

No marxismo, as relações de produção - enquanto determinantes das relações sociais, relações entre "sujeitos" implicados na reprodução da estruturação específica da sociedade (*deformações sociais* específicas) - são fundamentalmente relações de propriedade e de controle das condições decisivas de produção por parte de uma fração (*classe*) - que por isso é dominante - do organismo societário total: propriedade do corpo dos que exercem a atividade produtiva do trabalho (escravismo), propriedade da terra (feudalismo), propriedade de todas as condições objetivas da produção (capitalismo), entre as quais vamos incluir não apenas os meios de produção, mas também as condições técnico-organizativas do modo de se produzir.

Porém, a propriedade jamais é propriedade de toda uma classe, mas sim propriedade de membros individuais (ou grupos de membros) da classe dominante. A subdivisão da propriedade implica a subdivisão da produção geral em inúmeras unidades particulares com inter-relações recíprocas. No capitalismo - ocorrendo o controle proprietário de todas as condições objetivas da produção (no sentido indicado acima) -, as unidades produtivas concernentes às porções singulares da propriedade se apresentam nitidamente separadas e distintas, e independentes nas suas decisões sobre o quê e como produzir. As inter-relações entre unidades não se instauram, portanto, mediante o contato direto e imediato entre os diferentes produtores, nem dependem do controle autoritário de uma instância externa à produção (do tipo político-ideológico); elas se entrelaçam de um modo totalmente extrínseco e não coordenado, formando um tecido de mediação, que só pode ser *impessoal* (o que chamamos mercado).

A impessoalidade da mediação comporta: a) um elemento de mediação, a moeda, no qual se representa "abstratamente" toda a riqueza produzida, e que vem a ser, por conseguinte, desejado e acumulado por si mesmo; b) uma competição entre várias unidades produtivas - portanto entre as várias frações da propriedade - pelo acúmulo da máxima riqueza monetária possível; c) um controle das diversas unidades produtivas por parte das frações proprietárias singulares a fim de aumentar continuamente a produtividade do trabalho em função da competição intraproprietária, da qual deriva o conflito (antagônico e radical) entre propriedade e trabalhadores, constringidos a exercer uma atividade produtiva submetida às exigências da primeira.

Aqui é impossível indicar as características essenciais do modelo marxiano relativo à estrutura ("historicamente determinada") das relações de produção do capital. De qualquer modo, parece claro que, para o marxismo, o aspecto *social* do modo de produção capitalista - ao qual correspondem articulações técnico-organizativas típicas de todo o seu pe-

ríodo de desenvolvimento - reenvia fundamentalmente ao aspecto da propriedade ou não-propriedade (controle ou não controle) das condições objetivas da produção. Disto deriva, no modelo em discussão, uma configuração particular do campo ocupado pelos processos contraditórios relativos ao par antagônico *cooperação-conflito*.

O conflito está inteiramente na parte da propriedade (no aspecto social do modo capitalista de produção), seja no sentido da concorrência entre os capitalistas (interpropriária), seja naquele da relação antagônica entre propriedade e não-propriedade. O conflito na produção é conexo à forma mercantil da força de trabalho humana e depende das exigências concorrenciais intercapitalistas, implicadas no caráter impessoal da inter-relação (mediação) entre unidades produtivas. Sem a propriedade particular, privada, de grupos de membros de classe capitalista, a produção se voltaria apenas para a criação de simples valores de uso, isto é, ao mero processo de trabalho; a mediação indireta (mercado) teria suas funções esvaziadas e desse modo também, em consequência, o valor de troca dos bens produzidos e o elemento monetário enquanto representação "abstrata" da riqueza *em geral*.

Uma vez diminuídas as funções mercantis, o processo de produção de valores de uso tomar-se-ia dominante, ou seja, o *processo de trabalho*, dentro do qual o aspecto da cooperação seria posto em primeiro plano pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais. Apesar da situação considerada ser complexa e certamente controversa, não me parece que Marx pensasse sobretudo em um processo de formação progressiva de uma enorme maioria de operários homogeneamente explorados, isto é, privados, de forma geral, de toda capacidade específica de trabalho, reduzidos "concretamente" ao simples dispêndio de trabalho genérico ("abstrato"). Creio que Marx admitia o crescimento de um corpo de trabalho diferenciado em seu interior (também no sentido vertical, com níveis diferentes de competência técnico-profissional). Todavia, o desenvolvimento das forças produtivas, a aplicação da ciência à produção etc. conduziam a um aumento dos aspectos cooperativos no processo de trabalho, em que todos - "do diretor ao último ajudante" (Marx) - teriam coordenado e integrado as suas atividades em vista de objetivos produtivos comuns.

Somente o caráter privado da propriedade - e a mediação indireta (circulação mercantil), a concorrência etc. - forçava tal cooperação crescente do trabalho para os fins particulares dos membros de uma classe dominante que, se em um primeiro momento teria "historicamente" assumido as funções de direção da produção (entendida também - ainda que secundariamente - como processo concreto de trabalho destinado à criação de valores de uso), posteriormente se veria cada vez mais distanciada de tais funções para dedicar-se apenas ao acúmulo de valores de troca na sua forma geral de dinheiro (em seu aspecto monetário). A força de trabalho

cooperativa, após haver se diferenciado e estratificado internamente, entraria em contraste cada vez mais agudo com tal propriedade "parasitária"; e isto tornaria a enorme maioria da população consciente da inutilidade desta última quanto aos fins da produção social, favorecendo assim a revolução. Creio que a "classe operária" de que Marx falava - a crescente maioria dos expropriados que deveria finalmente expropriar aos expropriadores (vide o final do capítulo XXIV do primeiro livro de *O capital*) - seja exatamente esta força de trabalho cooperativa a despeito de suas diferenciações internas.

Pois bem: é este processo mesmo que não se verificou historicamente; o desenvolvimento das forças produtivas não colocou absolutamente em movimento um *processo objetivo* de cooperação crescente no *trabalho*, em cujo interior as diferenciações (de tipo hierárquico), pelo contrário, se traduziram em conflitos entre diferentes estratos de trabalho, alguns cumprindo funções prevalentemente diretivas, outros prevalentemente executivas. É inútil negar que esse fato representou uma importante concausa do malogro da transição socialista, posto que a atenção revolucionária estava essencialmente concentrada sobre problemas inerentes à propriedade - que de privada se queria transformar em coletiva - enquanto os conflitos "de classe", os antagonismos de interesses entre grupos sociais, a luta para ascender a posições de maior poder, a divergência também cultural e inerente ao assim denominado *status* etc., continuavam a reproduzir-se no trabalho, talvez permanecendo latentes ainda, mas de qualquer modo jamais resolvidos e potencialmente explosivos. Por certo a configuração particular da revolução comunista - propriedade estatal, partido comunista dominante (enquanto vanguarda da classe operária, considerada em sua unidade abstrata), simbiose partido-Estado - recobriu os conflitos "de classe" no trabalho, mas é daqui que se desenvolveram no futuro (uma vez desmantelado o aparato político-ideológico do "socialismo real") as contradições internas mais agudas nos países já "socialistas".

Em todo caso, no capitalismo não se verificaram - nem a Oeste nem a Leste, nem a Norte nem a Sul- processos de unificação da classe trabalhadora que não representassem, de forma absoluta, um sujeito unitário antagônico e outro sujeito denominado capital (classe capitalista). Este fato pode permanecer encoberto enquanto não se atinge um certo grau de desenvolvimento da indústria e, sucessivamente, de outros setores (denominados genericamente terciário e depois quaternário) típicos de um capitalista avançado. Um desenvolvimento primitivo da indústria capitalista - fundado precipuamente sobre uma exploração do trabalho subordinado e conexo a um estágio tecnológico e organizativo ainda atrasado - comporta certamente um acentuado contraste entre a riqueza e a miséria, com a agricultura relativamente bastante pobre e cuja população "excedente" (ge-

rada pelo desenvolvimento capitalista) alimenta uma urbanização desordenada e bastante miserável.

Não se trata, portanto, de um caso em que a revolução - assim chamada proletária - tenha ocorrido nos países com baixo grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista, onde as contradições eram mais agudas, não apenas entre capital e trabalho, mas sim de maneira ainda mais evidente entre miséria e riqueza, e onde a classe operária era pouco numerosa e concentrada em áreas restritas. Desse fato derivou a necessidade da aliança dos operários com a enorme massa da população constituída por camponeses, que se revelaram muito mais interessados na pequena propriedade do que na cooperação e coletivização no campo; isso exigiu repressão e coação constantes, que todavia não resolveram a questão, como hoje ficou bem claro.

Não se trata tampouco de um caso em que, nos países de desenvolvimento capitalista mais avançado, a classe trabalhadora - submetida, não a mecanismos *objetivos* de unificação e homogeneização, mas, antes, a processos de segmentação e diversificação (também em vertical) - tivesse, à medida que se mobilizava, manifestando-se politicamente de modo tendencialmente reformista. O "tradeunionismo" se desenvolveu, já no primeiro país capitalista - a Inglaterra -, para se estender depois aos países da "segunda onda industrial" até atrair, nestes últimos decênios, praticamente todo o "Primeiro Mundo". Isso, que no início poderia parecer o resultado da formação de uma "aristocracia operária" - conexo à exploração colonial -, acabou por se tomar um fenômeno tão difundido que é necessário mudar o terreno de sua interpretação. Sem dúvida, é preciso constatar que não existe nenhum desenvolvimento espontâneo da proletarização; a dinâmica da produção capitalista não conduz à formação de um "trabalhador coletivo", também internamente diferenciado, mas em cujo âmbito se acentuaria progressivamente o aspecto cooperativo e ir-se-ia esvaziando o conflitual. O processo efetivo parece haver caminhado exatamente na direção oposta.

A conclusão, embora ainda muito sintética, que se impõe a este ponto é a seguinte. O elemento crucial do modo de produção capitalista não é a propriedade ou não dos meios de produção, *embora tal característica do capitalismo não deva de modo nenhum ser sub-avaliada ou colocada entre parênteses*. Parece ser mais decisiva a formação de - em virtude da dinâmica específica à produção do capital - posições que se situam em diferentes níveis (hierárquicos) na estruturação das atividades de trabalho inerentes às diversas unidades que elaboram e obtêm os mais diversos *output*. O esquema tendencialmente dicotômico da tradição marxista - capital (propriedade) e trabalho (não propriedade) - se amplia ao menos em: a) propriedade (dos meios de produção, ou seja, substancialmente dos títulos que os representam e da riqueza monetária); b) posições da direção

(capitalista) *no trabalho*; c) posições subordinadas no próprio trabalho.

Tal ampliação do esquema - embora ainda rudimentar - impede que se possa pensar nos termos "dialéticos" de um crescimento da riqueza (*apropriada*), em um pólo, e da expropriação (objetiva e *subjetiva*), no outro pólo. A unidade do trabalho contra o capital (propriedade pura) se rompe e de sua fragmentação (articulada, que *forma sistema*) emergem funções direcionais tipicamente capitalistas, que não podem ser consideradas meros apêndices de um trabalho desenvolvido em condições de cooperação para a criação de simples valores de uso (a fim de satisfazer as necessidades dos homens em sociedade). Na realidade, tais funções se explicam pela coordenação forçada derivada da subordinação das condições de trabalho ao conflito entre as diferentes unidades de trabalho, que são separadas e "independentes" (com graus variados de independência) entre si e cuja ligação - pois o conflito implica a ligação, em uma tessitura de inter-relações - necessita da presença do elemento (a moeda) que representa, *em geral*, todos os valores de uso produzidos (sejam materiais ou imateriais), fazendo deles valores de troca em quantidades diversas de unidade monetária (preços).

Por isso, enquanto o marxismo tradicional identificava na propriedade privada - ou seja, *particular*, de dados grupos de membros da classe dominante o caráter essencial do capitalismo, agora, o que se propõe é deslocar essa identificação para a estrutura específica dos papéis direcionais intrínsecos à atividade de trabalho desempenhada nos mais diversos ramos em que esta se divide. Propõe-se essa mudança do postulado relativo ao modelo interpretativo do modo de produção capitalista, enquanto tentativa de explicar aquilo que, por si, a propriedade privada - com o movimento conexo de sua centralização etc. - não mais pode explicar depois do malogro do *primeiro* movimento revolucionário anticapitalista, e depois que a evolução do capitalismo (e isto, no momento, é bastante evidente no seu centro) não comportou unificação e homogeneização da classe operária; a centralização e monopolização dos capitais se verificou, mas a constituição *objetiva* do antagonista histórico da classe capitalista não se realizou de nenhuma maneira.

O conflito entre capital e trabalho está situado dentro do próprio mundo do trabalho. O capitalista dirige a atividade de trabalho não *enquanto proprietário*, mas antes *enquanto "funcionário" interno* à atividade em questão. O capitalista é um "trabalhador", no sentido de que é parte integrante do processo de trabalho. O conflito entre capital e trabalho se desenvolve entre as diversas funções do trabalho: diretivas e executivas, dominantes e subordinadas. O limite entre os dois tipos fundamentais de funções é fluido e móvel, não é traçado de maneira clara - e submetido a um movimento "dialético" de polarização crescente - por um processo pura-

mente *objetivo*; então, a intervenção *político-ideológica* nas contradições atuantes no sistema - estas, sim, objetivas adquire caráter decisivo.

O que, de qualquer maneira, assegura uma dinâmica contraditória - embora não-linear e claramente definida - entre direção e execução é o processo da "racionalidade" intrínseca a este modo de produção historicamente determinado. Busca-se a economia do tempo de trabalho, mas no que se refere sobretudo às funções subordinadas e executivas. Tendencialmente - ainda que não se confirme nenhuma linearidade simplificadora - há correspondência entre maior economia de tempo e proximidade no nível executivo das posições ocupadas no interior do trabalho (e vice-versa, naturalmente). Uma racionalidade semelhante implica a coordenação forçada de um maior número de posições subordinadas ("executivas") por parte de um menor número de posições dominantes ("diretivas").

A mera afirmação disso não significa sub-avaliar os problemas referentes à propriedade dos meios de produção. A experiência relativa ao malogro do socialismo real é extremamente significativa a esse respeito; a derrocada dos regimes políticos (e da ideologia oficial) deixa livre curso ao mercado e à propriedade. É evidente que tanto um quanto a outra são características *necessárias* do capitalismo. E o são exatamente porque a dominação, nesta sociedade, se exprime pela competição mais aguda entre agentes diretivos no trabalho, conflitantes entre si mediante o instrumento da economia de tempo de trabalho expresso por um trabalho subordinado, fragmentado ("especializado") em funções insignificantes com coordenação do conjunto por parte das posições dominantes.

A competição implica a fragmentação do trabalho como um todo em unidades separadas (e conflitantes): a separação admite a necessidade de se determinar os limites "externos" de cada unidade em competição (a qual deve encontrar elementos de sua própria identidade com relação às outras unidades), e tais limites se individualizam através das estruturas regulativas (em "auto-reprodução") que asseguram o controle dos meios de produção por parte dos agentes diretivos das unidades em questão(2). É evidente que a juridicização de tal controle (a propriedade *particular* atribuída a grupos de membros da classe dominante) estabelece de modo mais determinado os limites externos e a identidade das unidades em conflito. A propriedade não é portanto, em geral, propriedade direta e imediata dos meios de produção, mas antes, mais propriamente, propriedade dos sinais externos de tais

2. É o caso de recordar que a fragmentação do trabalho social em unidades separadas exige um tecido de mediações indiretas, constituindo o que denominamos mercado; e exige por isso a presença generalizada do elemento mediatório constituído pela moeda, para o qual todos os problemas de economia de tempo de trabalho (como meios de competição entre unidades diversas e entre seus agentes diretivos) vêm expressos em termos monetários de custos e resultados etc.

meios, quer se trate do elemento de mediação mercantil, a moeda, quer se trate de títulos representativos da riqueza "real".

Com a centralização da propriedade de tais sinais externos se verificou aquela separação característica entre a propriedade e função (diretiva no trabalho: o *management*), que comportou uma longa passagem de época: do capitalismo proprietário e *burguês* ao capitalismo "sem burguesia" (mais precisamente: com a burguesia proprietária *não mais fração hegemônica* da classe dominante). Tal transição intracapitalista induziu o marxismo tradicional a uma enorme confusão, com a identificação do capitalista com a figura do simples proprietário dos sinais em questão, enquanto a função diretiva era pensada como parte integrante de um trabalho coletivo *cooperativo*.

Tudo até aqui dito não significa que as contradições entre agentes proprietários e diretivos da classe dominante possam ser negligenciadas, já que a separação dos papéis (e, portanto, dos sujeitos que os ocupam) têm reflexos relevantes que, por isso, são pesquisados acuradamente; todavia, se existe uma contradição antagônica, ela deverá ser buscada no âmbito do processo de trabalho, onde a "racionalidade" (e a eficácia) produtiva desta formação social específica (do capital) dispõe *verticalmente* as diversas posições de trabalho, e toma umas (majoritárias) cooperativas, somente sob a direção das outras (minoritárias), que se subdividem em agrupamentos competitivos entre si. Dessa maneira, se entende como hoje de pouco serve uma teoria que fundamenta "objetivamente" no trabalho (que vem então pensando como um todo compacto) o valor dos bens produzidos. É necessário abandonar a idéia de uma substância de trabalho unitária *enquanto valor*, revestida por um invólucro *formal* - o valor de troca - que exprime a separação das unidades conflitantes de trabalho implicada na propriedade dos meios de produção. Mais útil e eficaz, a fim de se conhecer os processos desenvolvidos no capitalismo contemporâneo e na experiência malograda do "socialismo", é a hipótese de uma separação antagônica "vertical" das diversas funções *no* trabalho e é correto pensar-se, inclusive, em termos de uma "acumulação originária" de tal separação, sua formação histórica, que cria a forma específica da sociedade moderna -, da qual nasce a coordenação forçada das posições executivas em função do conflito entre agentes diretivos, conflito que se exprime na criação da propriedade (ou controle) dos meios de produção como forma de flexibilização do mesmo, das estratégias de ataque e/ou de mediação dos diversos agentes diretivos em competição etc.

Portanto, deve-se considerar a propriedade *em função* da competição interdiretiva [aquela que no sentido econômico estrito vem denominada in-

ter-empresarial(3)], que se desenvolve daquela constituição particular do processo de trabalho (cisão entre direção e execução) típica da época dita capitalista; e não, ao contrário, a propriedade como estrutura (de relações) essencial do capital, da qual resultaria - em uma primeira fase histórica (capitalismo concorrencial) - a direção do processo de trabalho por parte dos proprietários em função da extorsão do sobretrabalho, da qual a competição mercantil entre os próprios proprietários seria forma de manifestação fenomênica. Assim, em certo sentido, propriedade privada (ou melhor, *particular*) e mercado são expressões ("historicamente determinadas") da cisão no trabalho (com fragmentações vertical e horizontal), da qual deriva seja o conflito direção-execução (domínio-subordinação) seja aquele interdiretivo, que se manifesta precisamente como concorrência mercantil (ou de tipo assimilável a esta última), com interação monetária, entre unidades separadas do trabalho coordenado pela direção capitalista dos processos auto-reprodutivos das ditas unidades.

É o caso de lembrar que a coação, mediante a qual se realiza a coordenação dos diversos fragmentos do trabalho, nada tem a ver com uma pura imposição de autoridade, mas já pertence ao tipo de racionalidade capitalista conexas à economia de tempo (com referência especial ao trabalho subordinado e tendencialmente executivo). Tal racionalidade se concretiza em organizações específicas de trabalho e em sistemas tecnológicos que as incorporam, e adquire por isso características de objetividade impessoal, introjeta-se nas consciências (também dos subordinados), permeia todo o tecido das inter-relações na atual formação social capitalista.

Daí é evidente que a reprodução dos papéis - das diferentes posições ocupadas pelos vários sujeitos - no trabalho não é um fato apenas econômico, mas requer a intervenção concomitante da esfera da política e da ideologia. O sucesso econômico - por exemplo, a obtenção do lucro etc. - é um estímulo importante enquanto concernente à difusão da forma capitalista específica da racionalidade no trabalho, mas esta última é, todavia, um fenômeno complexo que envolve, contemporaneamente, processos denominados "superestruturais", culturais em *lato sensu*. Naturalmente, os *aparelhos* do poder político e da transmissão da ideologia não criam as posições hierarquizadas no trabalho. O fundamento destas se situa na peculiar racionalidade e eficácia da organização capitalista do trabalho, em função da competição entre capitalistas (entre organismos diretivos do trabalho). Tal fundamento não é, todavia - senão em um sentido metafórico um tanto ambíguo e que vai utilizado com muita cautela -, uma base sobre a qual se ergue a superestrutura, porém o elemento estru-

3. Esclarece-se, neste ponto, que um modelo adequado da sociedade capitalista deverá de qualquer modo introduzir não apenas a distinção entre capitalista proprietário e dirigente *no trabalho*, mas também aquela entre empresário (grupo empresarial) e simples *management*, seguindo - mas com notáveis modificações - a fundamentação schumpeteriana.

turante, inervante, uma constelação mais complexa de processos sócio-culturais, entre os quais figuram, em primeiro plano, os mecanismos de formação do poder e da ideologia, que encontram a sua "condensação" e sistematização em aparelhos particulares.

Definitivamente, a racionalidade do tipo capitalista se insere em um mecanismo "objetivo" concernente ao par conflito/cooperação - cooperação *em função* do conflito - que provoca a acentuada e complexa fragmentação vertical (hierarquização) do trabalho, com ulterior complicação da horizontal (por ramos de trabalho). Tal dinâmica de formação das posições (diretivas-executivas) no trabalho envolve (e freqüentemente forja), ao mesmo tempo, formas específicas do poder e da ideologia (e culturais mais em geral), que todavia vão se situando em "esferas relativamente autônomas" da sociedade, com formação de uma rede de diversos organismos estruturados (aparelhos), em cujo interior se desenvolvem processos auto-reprodutivos fundados sobre o trabalho e a sua divisão em posições hierarquizadas.

Neste ponto, julgo útil discutir o antigo problema da alienação. Poderia parecer um argumento fora do tema a respeito do qual discorri até agora, mas é indispensável falar nisso já que grande parte da esquerda está fascinada por tal questão: sobretudo na Itália, onde o marxismo humanista se difundiu, particularmente e onde não houve uma verdadeira tradição de análises marxistas rigorosas e científicas, baseadas principalmente em *O capital* e não, como ocorreu, sobre as obras de juventude de Marx. Infelizmente, a carregada crítica anti-humanista (e anti-historicista) de Althusser - o único episódio verdadeiramente importante de reformulação teórica radical do marxismo, à luz do malogro socialista que se verificou no pós-guerra - permaneceu minoritária em geral, mas ainda mais na Itália. Procuremos entender por qual motivo o tema da alienação é seriamente ambíguo para fins de uma verdadeira refundação do marxismo ou, mais em geral, de qualquer teoria *crítica* do capitalismo.

Antes de tudo, necessitaríamos esclarecer melhor o que se entende por alienação. Em certos casos, faz-se referência precípua à insatisfação a respeito das formas e conteúdos do próprio trabalho, à expropriação das competências profissionais dos trabalhadores por parte do capital (e incorporação deles à tecnologia subordinada a este último) com conseqüente subsunção ("real") do trabalho às exigências e interesses capitalistas. Outras vezes, fala-se da alienação no consumo, da qualidade cada vez mais decadente da vida, da massificação e serialização induzidas pela transmissão de ideologias. Outras vezes, ainda, isto se refere à reificação do sujeito, ligada ao fato de que este se aliena no bem que produz (como mercadoria), já que não se realiza nesta produção da qual não controla nem as condições nem os fins para os quais é efetuada, fins que podem realizar-se apenas mediatamente com a venda no mercado (o valor de troca domina então o va-

lor de uso). E provavelmente ainda esqueci algumas outras coisas, mas não muito diferentes dessas que listei sumariamente.

A mim parece que, posta nestes termos, a alienação - como sustentava justamente Napoleoni - diz respeito a todos os sujeitos implicados no modo de produção capitalista (e portanto na sociedade do capital dominante). Não são apenas os trabalhadores (subentendido, aqueles subordinados, a "classe operária") que ficam envolvidos por uma rede de relações "impessoais" da qual não compreendem o sentido autêntico nem controlam a modalidade de funcionamento. Antes de tudo, uma vez mais, a alienação nivela todos os membros do corpo de trabalho coletivo de cada unidade produtiva ("do diretor ao último aprendiz"), perdendo-se, assim, a possibilidade de individuar a função capitalista *intrínseca* ao trabalho (as posições diretivas). Além disso, o mercado faz seu jogo também sobre os ombros dos capitalistas proprietários; até em condições de monopólio, o capitalista possuidor de mercadorias não pode fazer o que quer, mas é sempre - em uma medida qualquer - subordinado ao funcionamento do mecanismo mercantil; e isto adquire particular evidência nos momentos de crise (ou de "recessão"), ainda mais quando se toma necessária a redistribuição dos mercados (das "áreas de influência"), o controle de determinadas fontes de energia etc. Se, em seguida, levarmos em conta que a propriedade capitalista é hoje essencialmente propriedade dos sinais externos (moeda, títulos etc.) da riqueza real (conjunto das mercadorias), é ainda mais claro que os fenômenos mercantis - relativos às bolsas, às relações com os bancos (e entre bancos), às trocas, ao poder aquisitivo da moeda, e assim por diante - influenciam decisivamente os destinos dos capitalistas.

Deveria ser de todo compreensível, portanto, que não há diferença de princípio, quanto a tendências alienantes, entre "capitalistas" (proprietários e dirigentes) e "operários". Como sempre afirmava Napoleoni, a diferença consiste no fato de que os primeiros estariam satisfeitos com essa alienação, e os segundos, pelo contrário, insatisfeitos. Ou a satisfação e insatisfação são categorias puramente psicológicas - um pouco como o otimismo e o pessimismo, com que certos economistas explicam as crises econômicas - ou então necessitamos dar a elas uma fundamentação mais objetiva. E, neste caso, é necessário recorrer à propriedade dos meios de produção - pela qual os capitalistas são alienados, mas da qual, não obstante, obtêm lucros etc., graças à extorsão de sobretrabalho em forma de mais-valor - e/ou à dinâmica da cisão do trabalho nos diversos papéis (de direção-execução), mediante a qual os capitalistas alienados se encontram dessa maneira em uma posição objetiva de comando e controle do trabalho subordinado.

Em todo caso, para explicar as diferenças de classe, também na alienação geral, é necessário recorrer a categorias (teóricas) diversas da própria alienação. Creio que o marxismo deveria ser um pouco mais sensível ao princípio da "lâmina de Ocam" e "amputar", no âmbito da cons-

trução teórica, tudo aquilo que é pleonástico, redundante e inútil, causa quando muito de "rumor", não de "informação". Mas aqui atingimos um ponto essencial: o significado da teoria, que o marxismo tradicional (ainda uma vez com exceção de Althusser) quase sempre considerou de um ponto de vista, a meu ver, muito atrasado.

A teoria não pode de maneira nenhuma visar à reconstrução da mais completa concretude da realidade "cotidiana"; pode apenas construir esquemas abstratos de referência para compreender o sentido e a orientação (a direção de marcha) dos acontecimentos por períodos históricos (por "épocas sociais") de várias extensões, mas, de qualquer maneira, não mais relativos ao "dia-a-dia". Para fazer uma analogia, ainda que imperfeita, quando se constrói o mapa de um território, de uma cidade, por exemplo, obtemos uma visão "idealizante" (esquemática), não se pode recriar a *qualidade* arquitetônica, urbanística, o tipo de organização social da cidade etc. A teoria não faz senão empobrecer, sob um certo ponto de vista, a realidade, mas sem ela não nos orientamos, podemos nos perder em um labirinto de vielas secundárias, contemplar os monumentos encontrados desordenadamente, sem nos remetermos a nenhum lugar, sem nos propormos a qualquer objetivo particular.

E se uma teoria é diferente de um mapa, ela o é no sentido de que não visa apenas refletir uma realidade *dada* através da re-construção tipificada, idealizada, da sua estruturação, mas é uma construção mental que se pode indicar a orientação geral e de princípio (para a totalidade dos "blocos históricos") de uma forma específica de sociedade, ou de suas partes "relativamente autônomas". A teoria é um aspecto da prática humana - uma *prática teórica* - que quer indicar um percurso *possível* à práxis "historicamente determinada" (à *prática* que se desenvolve em um dado período e em uma dada formação social). Teoria e práxis são, portanto, aspectos das práticas sociais que vão claramente delimitados e considerados distintos - no que concerne ao *savoir faire* e às instrumentações e metodologias empregadas -, existindo também uma estreita correlação entre os resultados dos dois aspectos em questão. Não se deve confundi-los de forma a pensar a teoria como uma espécie de "secreção" da práxis. As categorias de uma - a exemplo da práxis - não podem ser inseridas à força na outra, na prática teórica, talvez com função dominante.

Como consequência, ninguém quer negar que na práxis cotidiana, na luta política, na batalha ideológica, se possa fazer referência ao problema da alienação, da massificação crescente, da insatisfação pela modalidade de vida que esta sociedade impõe etc.; destes pontos de vista *práticos*, não se pode aqui senão apelar aos indivíduos concretos, de carne e osso, com suas paixões, vícios e virtudes, desejo de melhorar, sentido de justiça, e assim por diante. Porém, isto não permite absolutamente o uso da idéia de alienação no âmbito prático-teórico, já que ela - como sustentei - deve ser ulteriormente explicada com base em categorias muito diferentes. As confusões, o uso incongruente de conceitos fora de seu terreno específico de

aplicação, não servem a ninguém e atrapalham o "reto pensar".

Creio que podemos interromper neste ponto, uma vez que pretendia apenas formular sumariamente algumas teses bem gerais que orientassem a reconstrução de um plano teórico de interpretação crítica do atual sistema capitalista. Todo o trabalho de efetiva tessitura, de exposição mais sistemática de um modelo teórico relativo à estrutura da sociedade capitalista, requer tempo de elaboração bem mais longo.

Em todo caso, as teses expostas sublinham a impossibilidade de pensar processos objetivos de construção do(s) sujeito(s) antagonico(s) com relação a esse tipo de sociedade. Restam apenas duas possibilidades: a) acomodar-se na aceitação do capitalismo, repropondo pela enésima vez a sua reforma no sentido "democrático", mais igualitário, buscando assim utilizar os seus mecanismos (produtores de desigualdade *real* entre papéis) para transformar esta sociedade no contrário do que ela o é por sua natureza *intrínseca*; b) repensar a construção política do antagonismo, partindo, é claro, das "necessidades reais", mas com um forte esforço para a inversão dos processos objetivamente constitutivos das posições desiguais.

Não há dúvida de que a grave derrota da primeira tentativa histórica de transformação anticapitalista fez cair - "à esquerda" - todo esforço real para o novo; que parece prevalecer, por enquanto, a aceitação servil do *déjà vu*, seja na forma do retomo às velhas ideologias do capital (de face liberal ou populista-solidarista) seja naquela, todavia oposta à precedente, de adesão aos valores do velho comunismo. Não será, portanto, fácil recomeçar, mesmo porque a transformação social não requer a simples intervenção de "sujeitos" plurais, mas sim a presença daquela que outrora não nos envergonhávamos de definir como classe, de um agrupamento social que saiba exprimir a sua *hegemonia*, que saiba fazer valer os seus interesses arrastando atrás de si outras partes, majoritárias, da sociedade - e de qualquer modo, representando os seus interesses.

Por outro lado, para exercer a hegemonia, certamente não basta ocupar a posição dominante nos vários aparelhos sociais (o econômico ou o político-ideológico etc.); é necessário possuir uma cultura geral e uma proposta muito bem fundamentada no que se refere à "reforma" da estrutura social, não, com certeza, simples projetos de eficiência técnico-administrativa. É evidente que, com certeza, não se está caminhando na direção de um "pensar grande" - com exceção, talvez, das doutrinas religiosas da Igreja ou do Islã, que, *a seu modo*, respondem ao conjunto de nossos problemas - mas antes em direção ao florescimento de estereis "projetinhos" minimalistas (que nem ao menos se concretizam) ao palavreiro culturalista, ao culto do efêmero, ao alegre hino à fragmentação, dispersão, queda dos valores e ideais, à crítica de todo pensamento científico rigoroso, ao "fim" das ideologias, que é, pelo contrário, apenas o seu recolhimento em "nichos"

mínimos e mesquinhos, na tentativa de subtrair-se ao confronto com a realidade dramática que se irá evidenciando em todo o mundo (compreendido o nosso assim "róseo" e "admirável") nos próximos anos e decênios.

Não tiramos nenhuma conclusão otimista, pois ela seria apenas inconsistente, artificial. Seria necessário, mesmo reconhecendo nessa afirmação certo viés subjetivista, uma nova e forte tensão política e uma inflamada batalha ideológica, para restituir, a uma maioria da "população", densidade em função crítica com relação ao sistema social atual (e neste contexto, sem dúvida político-ideológico, com certeza encontra espaço aquele grupo de questões que gravitam em torno da idéia de alienação). Seria, porém, também indispensável que uma certa política, uma certa luta, reencontrasse seu enraizamento no "mundo do trabalho" já que a maioria da população é constituída, na realidade, pelas *classes* trabalhadoras (não simplesmente pela classe dos operários industriais, pelo "trabalho produtivo" na velha acepção).

Tais "classes", como já foi amplamente sustentado, não são unificadas por algum processo puramente objetivo *intrínseco* ao "modo de produção", o qual pelo contrário decompõe-nas ao máximo, fragmenta-as verticalmente (várias hierarquias) e não simplesmente pela diversidade dos trabalhos ("concretos") prestados nos diferentes ramos da produção (no *lato sensu*) social. A recomposição de sua unidade deve com certeza basear-se em *necessidades reais*, mas com uma dúplice tomada de posição. Antes de tudo, não se pode tratar apenas de necessidades intrínsecas - concernentes exclusivamente - ao *processo* de trabalho (aspecto organizativo e tecnológico); ocorrem objetivos mais gerais, projetos mais abrangentes, no que concerne, inclusive (mas não apenas), ao *trabalho* (o *fazer* humano) e à sua dinâmica (capitalista) criadora dos papéis da *desigualdade real*. Além disso, não se pode unificar *todos* os trabalhadores, uma vez que é necessário reconhecer que o capital, *enquanto função*, está *dentro* do trabalho, não em seu exterior; certamente os limites entre direção e execução são fluidos, móveis, não implicam nenhuma nítida dicotomia ou separação (assim como era expressa no par propriedade/não-propriedade), mas em todo caso existe um grupo de posições no trabalho, e não exatamente muito restrito, que é inerente ao movimento do capital, à *sua* racional idade e lógica auto-reprodutiva dos papéis da direção-execução, do domínio-subordinação.

Sobre esses problemas, todavia, não se pode somente refletir; a prática *teórica* pode (e deve) formular construções "ideais" que tentem evidenciar o sentido e a orientação do movimento "objetivo"; os projetos e as (concomitantes) ações de incidência sobre, e de transformação do dito movimento - que, também eles, evidentemente, implicam a dimensão do pensamento - pertencem ao outro aspecto, *prático*, da atividade humana.